



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

LICENCIATURA EM DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**ANÁLISE DO PAPEL DA FAMÍLIA NA ESTIMULAÇÃO DA CRIANÇA COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA, ESTUDO DE CASO: CECÍLIA NA CIDADE DE MAPUTO**

Estudante: Agostinho Filimão Matule

Maputo, Abril de 2024



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

LICENCIATURA EM DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**ANÁLISE DO PAPEL DA FAMÍLIA NA ESTIMULAÇÃO DA CRIANÇA COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA, ESTUDO DE CASO: CECÍLIA, NA CIDADE DE MAPUTO**

Estudante: Agostinho Filimão Matule

Local de estágio: Departamento do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo

Supervisora: Lic. Melina Cuambe

Orientadora: Lurdes João Tototo

Relatório apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane em
cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do grau de Licenciatura em
Desenvolvimento e Educação de Infância.

Maputo, Abril de 2024

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECEMOS	ii
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	iii
AGRADECIMENTOS	iv
Resumo	vii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	viii
1.INTRODUÇÃO	1
2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DO ESTÁGIO	2
2.1. Breve descrição do local de estágio e historial	3
2.2. Missão, Visão, Valores e Objetivos.....	3
2.3.1. Número de funcionários e Actividades realizadas	4
2.3.2. Actividades dos funcionários	4
2.4. Descrição detalhada das actividades realizadas na área do estágio	4
2.5. Relevância da Instituição e da arte estágio para a formação.....	5
2.6. Papel do Educador de Infância.....	5
3. PLANO DE ACTIVIDADES.....	5
4. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESTAGIÁRIA	5
4.1. Integração do Estagiário na Instituição	5
4.2. Pre-vistorias para aquisição de alvará nas instituições de educação de infância	6
4.3. Visitas de Supervisão	7

4.4. Controle e levantamento de dados estatísticos de funcionários, educadores e crianças das instituições infantis	8
4.5. Debate e palestras alusivas a quinzena da criança.....	9
4.6. Visitas a famílias e instituições com crianças em situação difícil	10
5. ESTUDO DE CASO	11
5.1. Objectivos.....	13
5.2. Apresentação de caso	14
5.3. Fundamentação Teórica	15
5.4. Discussão de caso.....	15
5.5. Descrição do plano de intervenção.....	15
6. Conclusões e recomendações	16
Conclusões.....	16
6.2. Recomendações	16
7. Referências Bibliográficas	17
APÊNDICES.....	27

AGRADECIMENTOS

À Deus todo poderoso pela vida e por tudo que tem feito na minha para mim.. Aos meus pais Filimão Muendane Matule e Isabel Ezequiel Mussane pela concepção, criação e educação que me proporcionaram.

À minha prima Maria Matule por ter cuidado de mim durante a minha infância e adolescência, ao meu irmão Ezequiel Matule por tudo que fez de bom para mim e para toda família em geral.

Aos meus docentes da Faculdade de Educação por terem dado o seu melhor para me formar, visando tornar-me num profissional competente, responsivo e capaz de agregar valor à sociedade, especialmente aos docentes Milton Mucuanga, Arlindo Sitóe, Melina Cuambe, Maria das Dores Francisco, Telma Quiraque, Etelvino Mutatisse, Stella Langa, Jacob Cherinda, Alcídio Cumbe, Natércia Malauene, Amorim Bila e Manuel Guro, por terem me marcado profundamente por conta das suas abordagens educativas durante o processo da minha formação académica.

Agradeço também aos colaboradores do Departamento do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo, especialmente à Lurdes Tototo (minha orientadora), Rita Cuambe, Flora Simango, Adélia Munguambe, Sara Chivambo, Sra. Laura e a Sra. Célia por todos os ensinamentos que me proporcionaram.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Filimão Muendane Matule e Isabel Ezequiel Mussane, pessoas muito especiais na minha vida. Aos meus amores incondicionais Dylan e Elon Agostinho Matule.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

DGCAS --- Departamento do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo

FACED --- Faculdade de Educação

IEI ---- Instituições de Educação de Infância

MGCAS - Ministério do Género, Criança e Acção Social

SDGCAS - Serviços Distritais do Género Criança e Acção social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um relatório que surge no âmbito do estágio académico, realizado entre os dias 06 de Abril e 06 de Julho de 2023 no Departamento do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo.

De acordo com o regulamento de estágio da FACED (2014), o estágio é nuclear na aquisição de competências práticas e interdisciplinares e permite ao estudante ter uma reflexão crítica em torno da problemática e das diferentes visões do processo de educação e desenvolvimento profissional do educador de infância.

Ainda de acordo com o mesmo regulamento, no seu artigo número 3, o estágio, por ser uma actividade curricular de aquisição de competências práticas e interdisciplinares, pelo estudante, que complementam o trabalho lectivo, seguindo os seguintes Objectivos:

- Integrar a competência teórica no trabalho prático, através do contacto com a realidade sócio -profissional e da aquisição de experiência prática relevante a cada um dos cursos;
- Adequar às competências teórica-práticas, adquiridas ao longo da formação à prática profissional;
- Reforçar o interesse do estudante pela profissão e
- Possibilitar vínculos de emprego com as instituições de estágio.

O presente relatório, além de descrever as actividades levadas a cabo durante o estágio, aborda sobre o tema: “ análise do papel da família na protecção da criança com deficiência auditiva, estudo do caso: “Cecília na Cidade de Maputo”.

É a partir desta base que surge o interesse em abordar a temática acima apresentada e também surge, por um lado, pela necessidade de compreender os principais desafios que os pais enfrentam para lidar com crianças que apresentam deficiência auditiva sem no mínimo ter tido preparação em termos da língua de sinais e por outro, a necessidade de lidar com a luta pela garantia da educação inclusiva adaptada ao estilo de aprendizagem da criança.

O presente relatório obedece a seguinte estrutura: introdução, plano geral de actividades, actividades realizadas pelo estagiário no local de estágio, estudo de caso, conclusão, recomendações, referências bibliográficas, anexos e apêndices.

2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Nesta parte do trabalho é apresentada a instituição de realização do estágio, desde a sua localização, breve historial, missão, visão, valores e objectivos e por fim a apresentação das principais actividades realizadas.

2.1. Breve descrição, localização e historial do local de estágio

O estágio académico foi realizado no Departamento do Género, Criança e Acção Social da cidade de Maputo, Rua Xitende, bairro Central nº 1115. O DGCAS resulta de várias metamorfoses institucionais sofridas ao longo do tempo. Em períodos longínquos. Primeiramente existia a Direcção Nacional da Acção Social inserida no Ministério da Saúde (MGCAS, 2017).

O Departamento do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo, é uma instituição do Estado sem autonomia financeira e patrimonial.

A sua principal função, é garantir a equidade de género e protecção social básica dos grupos mais vulneráveis. e sua visão é por uma sociedade inclusiva, solidária, onde mulheres e homens gozam dos mesmos direitos e benefícios de bem-estar como resultado da sua participação no processo de desenvolvimento (MGCAS, 2012).

De acordo com Ministério do Género, Criança e Acção Social – MGCAS, (2017), Moçambique tem neste momento mais de 4 milhões de crianças em idade pré-escolar escolar e neste universo, 700 mil estão em situação de vulnerabilidade, devido á vários factores como pobreza e perda dos pais. Regista -se também altas taxas de Mortalidade de crianças por problemas nutricionais, problemas relativos a doenças infecto-contagiosas e doenças crônicas.

O Decreto Presidencial nº 28/90, de 10 de Setembro criou a Secretaria do Estado da Acção Social que segundo o seu Estatuto, localmente fazia-se representar pelos Serviços Provinciais da Acção Social. Mais tarde surge o Decreto Presidencial nº 13/2005, de 4 de Fevereiro que visava criar o Ministério da Mulher e da Acção Social, cujo Estatuto Orgânico preconiza a representação local pelas Direcções Provinciais da Mulher e da

Acção Social como forma de descentralização e desconcentração de competências até ao nível do Distrito.

2.2. Missão, Visão, Valores e Objectivos

2.2.1. Missão

- Promover o desenvolvimento social inclusivo, através duma intervenção integrada de todos actores da área da Acção Social.

2.2.2. Visão

- Por uma sociedade inclusiva, solidária, promotora do bem-estar e da participação activa de todo o cidadão no processo de desenvolvimento, como um direito social.

2.2.3. Objectivos

- Promover ou prover assistência social directa a indivíduos e grupos sociais em situação de indigência ou de pobreza absoluta sem meios próprios para satisfação das suas necessidades básicas;
- Desenvolver e promover acções de assistência social e outro tipo de apoio social, com vista atenuar o impacto negativo do ajustamento estrutural junto aos grupos sociais mais vulneráveis;
- Promover e desenvolver projectos e programas de geração de rendimentos, incluindo o auto-emprego para indivíduos e grupos sociais em situação de indigência e de pobreza absoluta e que possam trabalhar;
- Reforçar e valorizar o papel da família na protecção e desenvolvimento de todos os seus membros, em especial a Mulher, a Criança, a pessoa com deficiência e o idoso através da concentração e direccionamento de assistência social ou outro tipo de apoio social à família e não a indivíduos isoladamente, entre outros que prosseguem aliviar o peso da vulnerabilidade aos mais carenciados.

2.3. Estrutura Orgânica do Departamento do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo

A estrutura orgânica do Departamento do Género, Criança e Acção Social encontra-se em apêndice neste relatório.

2.3.1. Número de funcionários e actividades realizadas

O Departamento do Género ,Criança e Acção Social conta com cerca de 19 funcionários dos quais, 11 são do sexo feminino e 8 do sexo masculino e as actividades realizadas por funcionária correspondia a uma área de intervenção.

2.3.2. Actividades dos funcionários

i. Técnicos Superiores de Acção Social

- Orientação, coordenação e supervisão de todas as actividades internas e de organizações, instituições que actuam na área social;
- Coordenação de todas as actividades com os sectores a nível da Direcção do Género, Criança e Acção Social;
- Garantir a realização de palestras de divulgação e legislação e os instrumentos nacionais que protegem a mulher contra a violência, tráfico de menores e direitos da mulher e criança;
- Realizar encontros com a comissão dos Centros Infantis e os Directores dos Centros Infantis para a realização de plano e preparação das datas comemorativas dos dias 1 e 16 de Junho;
- Prestação de apoio técnico as organizações e associações;
- Participação de campanhas de sensibilização a não a prática de mendicidade;
- Controle de planos e relatórios de técnicos afectos no Departamento e avaliar o desempenho das realizações.

ii. Técnica responsável dos sectores: Pessoa idosa, Pessoa com deficiência e apoio no sector da criança em idade pré-escolar

- Atendimento de casos sociais de idosos e encaminhamento a DMAS e INAS;
- Promoção de encontros de sensibilização aos idosos para a não prática da mendicidade;
- Realização de palestras na área da pessoa idosa, e debates radiofónicos;
- Levantamento e actualização periódica de organizações e associações que trabalham com a pessoa idosa e deficiente;
- Assistência e visitas domiciliaries;

- Promover a comemoração do dia 01 de Outubro, dia Internacional da Pessoa Idosa e do dia Internacional da pessoa com deficiência.

iii. Técnica profissional em Educação de Infância- Responsável pelo sector da criança em idade pré-escolar, Criança em situação difícil

- Identificação de novas instituições de Educação de Infância que operam clandestinamente;
- Organização da planificação dos educadores das instituições;
- Elaboração de relatórios de visitas de supervisão e pré-vistorias realizadas nos centros infantis;
- Protocolo de documentos (expedir e receber documentos);
- Preparação da quinzena da criança.
- Capacitação de directores pedagógicos dos centros infantis;
- Prestação de apoio a educadores de infância;
- Organização e preparação do dia do educador de infância.

iv. Técnica administrativa- Responsável pela área dos recursos humanos, finanças e género

- Registro e controle da entrada e saída dos expedientes;
- Registro de contribuições de parceiros do Departamento;
- Controle de fundo de maneiio;
- Elaboração de inventário de bens existentes na instituição;

v. Área do Género

- Assistência e apoio psicossocial a famílias e vítimas de violência doméstica;
- Supervisão e acompanhamento de associações femininas;
- Criação, revitalização e monitoria de Unidades de Género;
- Realização de debates e palestras sobre os direitos da Mulher.

2.4. Descrição detalhada das actividades realizadas na área da criança em idade pré-escolar

O estágio decorreu no Sector da Criança em Idade Pré-escolar. No início foi feita a apresentação da carta de pedido de estágio, apresentação e integração do estagiário na

Instituição. No decorrer do estágio, foram realizadas neste Sector as seguintes actividades:

Área da Criança em Idade Pré-escolar

- Supervisão e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas instituições de educação de infância;
- Controle e levantamento de dados estatísticos de funcionários, educadores, crianças das instituições de educação infantil;
- Realização de pré-vistorias para aquisição de alvarás;
- Identificação de novas instituições de Educação de Infância que operam clandestinamente;
- Organização da planificação dos educadores das instituições;
- Elaboração de relatórios de visitas de supervisão e pré-vistorias realizadas nos centros infantis;
- Protocolo de documentos (expedir e receber documentos);
- Preparação da quinzena da criança.

2.5 Relevância da instituição e da área de estágio para a formação

O Departamento do Género, Criança e Acção Social é uma instituição pública que atende diversas áreas e entre elas está a área da criança. Nesta área realiza-se diversas acções em prol do bem-estar da criança, desde a supervisão e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas instituições de educação de infância, centros de acolhimento, infantários, Identificação e assistência psicossocial a crianças de rua e questões de tutela e adopção. Todas estas e entre outras actividades, fazem parte da componente de formação ou do curso do estagiário, portanto, durante o estágio, foi possível aprender muito com os profissionais da área do estágio e poder consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos durante a formação académica.

Contributo da estagiária para a instituição e a área de estágio

Segundo o plano curricular do curso de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância da Universidade Eduardo Mondlane (2012), o Profissional de Educação de Infância realiza um conjunto de acções que concorrem para a promoção e desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, nomeadamente:

- Prevenção e promoção da saúde infantil, incluindo períodos da concepção, da gravidez, do parto, da primeira e segunda infâncias;
- Identificação de patologias físicas e psíquicas mais comuns da criança, intervenção imediata e /ou encaminhamento ao serviço apropriado para uma intervenção mais adequada;
- Sensibilização dos actores nos Centros Infantis e pré-escolares, dos pais, e das comunidades sobre o desenvolvimento da criança;
- Participação na concepção e implementação de projectos relacionados com a prevenção de doenças infantis e a promoção do bem-estar da criança;
- Entre outras.

Dentre os pontos acima, foi possível desenvolver várias habilidades, principalmente no que respeita a sensibilização dos actores nos Centros Infantis, dos pais, e das comunidades sobre o desenvolvimento da criança, através da realização de palestras nos centros infantis e nas comunidades sobre a criança em idade pré-escolar.

O estagiário desenvolveu várias actividades no local de estágio a luz dos conhecimentos adquiridos durante a sua formação académica, tais como: planificação das actividades semanais junto com a orientadora, visitas de acompanhamento psicossocial e também partilhou suas experiências adquiridas durante a formação académica, na área do uso das tecnologias de informação e comunicação. A partilha de experiências pelo estagiário no seu local de estágio, consistia em facilitar na elaboração de documentos como actas, respostas a pedidos ou requerimentos vindos dos distritos, entre outros, sob orientação dos técnicos da área da criança em idade pré-escolar.

2.6. Papel do Educador de Infância

De acordo com Formosinho (2009), o Educador de Infância tem a grande missão de organizar o ambiente ideal para a aprendizagem da criança em idade pré-escolar e enquanto profissional, acompanha a criança de forma individual, olhando para a sua evolução, e traçando estratégias para, assim, melhorar o seu desenvolvimento.

Esta autora (Formosinho, 2009), avança ainda que a principal função do Educador de Infância é sem dúvida, garantir o pleno desenvolvimento integral da criança, tanto individualmente, como em grupo. O Educador de Infância é o agente que promove de

modo sistemático, as aprendizagens basilares nos diversos domínios cognitivos, sociomoral, afectivo e emocional.

Com base no que a autora traz, fica evidente que o profissional da primeira infância, isto, o educador de infância, realiza um conjunto de tarefas que promovem o desenvolvimento integral da criança, todavia, essas actividades, devem ser norteadas por um plano que especifica as aptidões almejadas na criança.

Segundo Romão (2019), o educador de infância tem um papel crucial na adaptação da criança ao mundo, tal como o seu desenvolvimento que não resulta somente das suas características biológicas nem só da relação da criança com o meio. É preciso que o educador de infância organize de forma sábia, certos ambientes proporcionais às necessidades de desenvolvimento da criança. Romão, baseada na sua ideia na perspectiva interacionista de Vygotsky e Wallon, esta resulta das trocas recíprocas que se estabelecem durante toda a vida entre indivíduo e o meio.

Na visão de Ferreira (2004), o papel do educador de infância na adaptação da criança não se encerra e não se restringe ao ingresso na creche ou na pré-escola, pois, inclui mudanças de uma turma ou de educador, retorno após ausência, eventos de adoecimento e da sua saída da instituição.

Olhando para as abordagens dos autores acima citados, conclui-se que o papel do educador tem um grande impacto no desenvolvimento biopsicossocial e integral da criança.

No local de estágio, o profissional de educação de infância, tem como papel: orientar as instituições de infância (Centros Infantis, Escolinhas Comunitárias, Infantários e orfanatos) na sua abertura e cumprimento das normas vigentes no Diploma Ministerial N° 277/2010 de 31 de Dezembro, (Regulamento dos Centros Infantis e Infantários). Durante o estágio, o estagiário participou de diversas actividades ligadas a sua formação, tais como visitas de supervisão nas famílias, centros infantis e de acolhimento.

3. PLANO DE ACTIVIDADES

O plano de actividades ilustra de forma resumida as actividades programadas no período de realização do estágio no Departamento do Género, Criança e Acção Social. No mesmo refletem-se os objetivos e a duração de cada actividade:

Data	Objectivos	Actividades	Carga horária
De 06 à 22 de abril de 2023	Conhecer a instituição	➤ Apresentação, integração na instituição e ➤ Conhecimento dos instrumentos de trabalho (programa educativo do 1º ao 5º Ano, Regulamento dos Centros Infantis e Requisitos para Abertura de Centro Infantil)	115

De 23 de Abril à 06 de Maio de 2023	Conhecer os instrumentos e regulamentos de trabalho do Departamento	➤ leitura dos instrumentos usados para o desenvolvimento das actividades e a sua subsequente interpretação	90
De 07 à 13 de Maio de 2023	Aferir as condições para o atendimento e cuidados das crianças em idade pré-escolar	➤ Realização de visitas de supervisão, vistoria no Centros Infantis, Escolinhas Comunitárias e visitas de tutela para casos de adopção ; ➤ avaliação de processos para aquisição de alvarás e ➤ Identificação de instituições novas que operam sem licença;	70
De 14 à 27 de Maio de 2023	Realizar encontros multissetoriais para a preparação da quinzena da criança	Realização de reuniões com parceiros do Departamento para a preparação	65

		da quinzena da criança	
De 28 à 03 de Junho de 2023	Preparar e celebrar a quinzena da criança para garantir uma celebração condigna	➤ Preparação e celebração da quinzena da criança (organização dos espaços lúdicos para as festividades)	60
De 04 à 16 de Junho de 2023	Celebrar a quinzena da criança	➤ Celebração da quinzena da criança (01 a 16 de junho)	80
De 19 à 26 de Junho de 2023	Participar de visitas de vistoria inspecção e acompanhamento psicossocial nas instituições de infância para apurar o estado e as condições para atendimento de crianças em idade pré-escolar	➤ Participação das visitas de vistoria, inspecção e ➤ Prestar assistência psicossocial das crianças e realização de palestras comunitárias sobre cuidados e bem-estar da criança de vulnerável e com deficiência	70
De 27 de Junho à 06 de	Realizar visitas de acompanhamento psicossocial para	➤ Realização de visitas de acompanhamento	60

Julho de 2023	garantir o pleno desenvolvimento das crianças assistidas	psicossocial nos Infantários e Centros de Acolhimento ➤ Elaboração de relatórios das visitas de supervisão e pré-vistorias realizadas nas instituições de educação infantil para facilitar o balanço das acções desenvolvidas no âmbito da educação pré-escolar.	
De 30 de Junho a 06 de Julho de 2023	Compilar o relatório de estágio	Compilação dos dados e experiências adquiridas no sector de estágio.	110
TOTAL (horas)			720 horas

(Estudante)

(Orientadora)

(Supervisor)

4. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ESTAGIÁRIO

Aqui apresenta-se a descrição das actividades realizadas pelo estagiário no sector de estágio também os seus objectivos e procedimentos utilizados em cada actividade descrita, a discussão das principais aprendizagens resultantes das actividades realizadas.

Depois da sua integração, o estagiário realizou as seguintes actividades: Pré-vistorias para aquisições de alvarás nas instituições de educação infantil; Visitas de supervisão e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas instituições de educação de infância; Identificação de instituições novas que operam sem licença. E também produziu relatórios de visitas de supervisão e pré-vistorias realizadas nas instituições de educação infantil, visitas aos Centros de Acolhimento.

4.1. Integração do estagiário na instituição

A presente actividade tinha como objetivo compreender a estrutura e o funcionamento da instituição em geral e, especificamente da repartição da Criança em Idade pré-escolar , por ser o Sector de estágio.

Concretamente, procedeu-se a leitura dos seguintes documentos:

- Política da acção social e estratégia de implementação
- Regulamento da protecção alternativa de menores
- Exemplares de cartas e estruturas de relatórios em uso na instituição de estágio;
- Programa educativo para crianças do 1º ao 5º ano;
- Regulamento dos centros infantis e infantários;
- Regulamento dos centros de acolhimento;

Principais aprendizagens: nesta actividade, aprendeu-se sobre os instrumentos orientadores das actividades do Departamento do Género Criança e Acção Social. Aprendeu-se também sobre a estrutura dos relatórios de visitas de vistoria e de supervisão para a concessão do alvará.

4.2. Pré-vistorias para aquisições de alvarás

A Pré-vistoria é uma actividade realizada pela equipe do Departamento do Género, Criança e Acção Social e consiste em realizações de visitas nas instalações onde se

pretende funcionar o centro. Nesta actividade foram visitadas 16 instituições infantis. Tinha como objectivo, verificar toda estrutura arquitectónica, aferir a existência de condições para que o edifício funcione como um Centro Infantil, aspectos como tamanho, espaçamento, número de salas disponíveis e orientar a equipe institucional na melhoria de alguns quesitos e entrega do parecer técnico a instituição.

Metodologia: Para o alcance dos objectivos acima mencionados, recorreu-se aos documentos orientadores, principalmente no quadro legal, regulamento dos centros infantis e infantários.

Principais aprendizagens: Nesta actividade aprendeu-se a fazer uma pré-vistoria, e a identificação dos principais requisitos para a abertura e funcionamento de uma instituição de educação infantil.

4.3. Visitas de supervisão e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas instituições de educação de infância

Após a realização da Pré-vistoria, segue-se com a inspecção, que é realizado por uma equipe multisectorial, isto é, realizado pela equipe do MISAU, técnicos do DGCAS da Cidade de Maputo e técnicos do Serviço Distrital do Género, Criança e Acção onde se pretende abrir o Centro Infantil, com vista a aferir se todos os aspectos regulamentais para a abertura do centro estão em conformidade para a emissão do alvará.

Segundo *Regulamento dos Centros Infantis e Infantários* (2010), os aspectos a se verificar nas visitas de inspecção e supervisão são:

- ✓ Número de crianças atendidas;
- ✓ Número de crianças atendidas por cada educador;
- ✓ Actualização do registo bibliográfico das crianças;
- ✓ A articulação da instituição com os pais ou encarregados de educação de cada criança;
- ✓ As condições higiénico-sanitárias;
- ✓ A preparação e a qualidade dos alimentos oferecidos as crianças;
- ✓ As instalações e o equipamento a ser utilizados;
- ✓ Os programas e metodologias de educação pré-escolar;
- ✓ Outros aspectos relevantes para o bom desenvolvimento integral e harmonioso da criança.

Metodologia: Para a realização da actividade em alusão, foi necessário, o uso do parecer técnico fornecido a instituição aquando da realização da primeira visita da vistoria, que contém as orientações de melhoria. Para além do parecer técnico foi usado, o regulamento dos centros infantis e infantários

Principais aprendizagens: nesta actividade aprendeu-se como realizar a supervisão e a realização de uma observação crítica e minuciosa de todas práticas e actividades desenvolvidas nos centros infantis e infantários.

4.4. Debate e Palestras alusivas a quinzena da criança

A quinzena da criança decorre todos os anos no mês de Junho, de 1 a 16 de Junho em comemoração ao dia internacional da criança, neste caso 1 de junho, até dia 16, dia da criança africana.

Principais aprendizagens: nesta actividade aprendi sobre a logística da organização da quinzena da criança e, também pude interagir com várias educadoras das instituições de educação de infância públicas e privadas, ganhando deste modo, experiências intensivas para o meu crescimento e desenvolvimento profissional.

4.5. Visitas a famílias e instituições com crianças em situação difícil

Esta actividade, consistiu em realizar visitas a famílias de tutela, Centros de acolhimento, Orfanatos e infantários visando:

- ✓ Aferir as condições sanitárias das famílias;
- ✓ Avaliar o crescimento e desenvolvimento escolar das crianças;
- ✓ Identificar as principais necessidades da família e das crianças;

Com estas visitas, foi possível aprender a lidar com a assistência psicossocial às crianças e famílias em situação difícil, ministrar cuidados básicos, Identificar e partilhar soluções capazes de amenizar ou resolver por completo a situação ou dificuldade enfrentada pela criança, neste caso, que pode ser, deficiência física ou motora, visual, auditiva, retardo mental, ou mesmo pobreza (com carência ou falta de alimentação básica, cuidados sanitários, educação formal e hostilidade familiar).

5. ESTUDO DE CASO

Nesta parte do trabalho faz-se o estudo de caso que, de acordo com Gil (2008) envolve análise de um só caso ou de múltiplos casos, e pode utilizar a técnica de recolha de informação através de entrevistas, inquéritos, entre outros. Além disso, faz-se a fundamentação teórica e a discussão do mesmo. A discussão é orientada na temática: Análise do papel da família na protecção da criança com deficiência auditiva.

Com a temática , pretende -se:

- Analisar o papel da família na estimulação da criança com deficiência auditiva

Em termos específicos:

- Identificar as crianças com deficiência auditiva;
- Descrever o papel da família na estimulação da criança em idade pré-escolar com deficiência auditiva e
- Explicar as medidas de intervenção para as crianças em idade pré-escolar com deficiência auditiva.

5.1. Apresentação de caso

Cecília (nome fictício), é uma menina de 5 anos de idade, com deficiência auditiva, vive com os pais (Carla , de 32 anos e Mário de 35 anos). A menina foi inscrita neste ano (2023), para assistir as aulas na Escola de Educação Especial Número 1 da Cidade de Maputo, como forma de garantir a sua preparação prévia para o ingresso na primeira classe na mesma escola. A família da Cecília reside no Bairro de Maxaquene B, e todos os dias lectivos, a mãe acompanha a criança para a Escola de modo a ter aulas e depois, desloca-se para o seu posto de trabalho. O pai é Motorista de Transporte Semi-colectivo (vulgo chapa) na frota de Praça dos Combatentes – Xipamanine.

5.2.Fundamentação teórica

A família de uma forma geral, desempenha a função de cuidar, promover a saúde, o bem estar, estimular e dar protecção a criança. Em uma família com filho com deficiência auditiva, acrescenta-se a isso a função da aprendizagem de uma outra língua, neste caso a língua de sinais. Quando a família passa por perturbações em suas interacções, pode se apresentar como um grupo de referência confuso, deixando de proporcionar um aprendizado construtivo. É por isto que muitos dos comportamentos e reacções

individuais revelam o tipo de configuração familiar na qual o sujeito está inserido (Negrelli,2006, p37).

É na família que se inicia a sociedade, nela os indivíduos organizam conceitos e buscam a maturidade por meio de trocas entre seus membros. Por esse motivo, as maneiras de educar são incessantes. Trata-se de um processo que vai do nascer ao morrer, sendo a família considerada via de regra, a principal responsável pela formação do carácter de uma pessoa”,(Rossetti,2004, p49).

A família é o agente primário de socialização, possuindo cada uma delas regras que regulam o seu funcionamento. As primeiras relações de afecto dos filhos são provenientes dos pais, e esse convívio será responsável por futuros comportamentos no meio social, permitindo ou não a sua adaptação. Esse papel da família contribuirá para que o filho tenha uma aprendizagem mais humana, forme uma personalidade única, desenvolva sua auto-imagem e se relacione com a sociedade”,(Silva, 2001, pag148).

Com base nas abordagens dos autores, podemos perceber que a família ao interagir com os filhos, ajudará a formar a personalidade, determinando aí suas características sociais. Muitos fenómenos sociais são percebidos e examinados em função de características da família. Nesse processo de troca, a família está inserida na construção de um estado de maturidade que se dá por meio da convivência com os filhos. As actividades e comportamentos dos pais e demais membros familiares, expressos por suas interacções têm um impacto decisivo no desenvolvimento psicossocial de um filho.

5.2.1. O Papel da família na estimulação da criança com Necessidades Educativas Especiais

Segundo MGCAS (2017) a família actua não só no sentido de amparar física, emocional e socialmente os seus membros, mas também esclarecendo oque é melhor ou pior para seu crescimento, cabendo a ela a responsabilidade de proporcionar qualidade de vida aos mesmos.

Rosetti (2004) avança que os cuidados oferecidos pela família constituem estratégias que favorecem o desenvolvimento humano à medida que proporcionam amor, afecto, protecção e segurança dentro de um espaço de inclusão e acolhimento aos filhos. É a qualidade dessas relações que permite um melhor relacionamento consigo mesmo e o melhor convívio.

É a qualidade dessas relações que permite um melhor relacionamento consigo mesmo e o melhor convívio social com as outras pessoas. Para a criança, o ambiente familiar pode ou não, dependendo de sua qualidade, proporcionar o estabelecimento de vínculos e apego com os membros familiares contribuindo para a formação de sua estrutura psíquica (Rossetti, 2004).

Com base nas abordagens aqui presentes, conclui-se que a principal satisfação dos familiares é ter uma boa interação social dentro do lar, pois, essa interação exerce importante papel para o desempenho infantil e, conseqüentemente, nas demais fases da vida. No processo de interação social, a comunicação favorece a compreensão das dúvidas, a demonstração de carinho e amor, entre outras coisas, uma vez que para adquirir essas informações é necessário estabelecer-se uma mesma linguagem.

De acordo com Negrelli (2006) a deficiência não é um problema da pessoa que a tem, mas sim de quem a vê. Isto é de suma importância, pois a problemática que envolve esses indivíduos está intimamente relacionada com o preconceito e a aceitação dessa condição.

A família enfrenta muitas dificuldades para aceitar a deficiência é uma descoberta traumática e confusa, em que a mesma busca justificativa sobre porquê serem eles os escolhidos (Almeida, 1993 citado por Negrelli, 2006).

Percebe-se com isto que os pais, não raramente, negam o facto, ou seja, recusam-se a ver e admitir a deficiência do filho, buscando, na maioria das vezes, um atendimento tardio, o que pode prejudicar o desenvolvimento da criança e de suas habilidades.

Passada a fase de negação, os pais enfrentam a fase da negociação: uma espécie de compensação, em que eles tentarão encontrar estratégias para a melhoria das condições de vida de seu filho portador de deficiência. Mais adiante, outros estágios aparecem, como a raiva, a depressão e a aceitação. Raiva pela falta dos resultados esperados, raiva do outro (médico, professores e demais profissionais), pela falta de colaboração e por não ver

amenizada a deficiência do filho. A depressão surge normalmente em decorrência da falta de adaptação à condição. Uma vez que os pais já estejam conscientes da deficiência do filho, acaba ocorrendo a aceitação.

Na visão de Rodrigues (2003) a surdez, por ser invisível, não é compreendida pelos ouvintes, mas tem uma interferência enorme no desenvolvimento social, educacional e emocional do indivíduo surdo. A sociedade não se adapta à ideia do deficiente como alguém produtivo, porque valoriza apenas o exterior.

Para melhor compreender o papel da família no cuidado a uma criança com deficiência auditiva, é necessário considerarmos os vários subsistemas componentes da família, que são independentes e desenvolvem relações únicas, e que todos os membros, inclusive a criança, influenciam e alteram esse sistema.

De forma sintética, é possível perceber que quase todos os autores, estão em consenso quanto a participação efectiva dos pais, visto que o apoio da família constitui a base para a socialização da criança com deficiência auditiva, sua compreensão das coisas e o entendimento de suas diferenças. A forma como a criança com deficiência auditiva é tratada em casa, irá determinar a imagem que ela terá de si mesmo, porque é na família que muitos valores, crenças e costumes são transmitidos de geração para geração, por meio da linguagem. A família é o lugar ideal para se iniciar o atendimento de base para as crianças com necessidades educativas especiais.

De acordo com MGCAS (2015), a protecção da criança deve ser o foco de todos os membros da sociedade, deve responder a todos os instrumentos locais, regionais e internacionais, tal como a declaração dos direitos da criança que preconiza que: a criança tem o direito de ser compreendida e protegida, e deve ter oportunidade para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. As leis devem levar em conta os melhores interesses da criança.

A declaração Universal dos Direitos da Criança no seu 4º princípio ainda preconiza que, a criança tem direito a crescer e criar-se com saúde, alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas, e à mãe devem ser proporcionados cuidados e protecção especiais, incluindo cuidados médicos antes e depois do parto, (MGCAS, 2015).

5.3. Discussão do caso

O desenvolvimento de uma criança se dá no campo das relações sociais e o modo como os indivíduos se comportam em um dado contexto interacional é influenciado pelas normas, crenças, valores e papéis sociais vinculados às instituições socioculturais da quais fazem parte, (Almeida,1993, citado por Silva,2001).

Olhando para a abordagem do autor acima, a menina Cecília (nome fictício) deve ser exposta a ambientes cujas interação e comunicação constantes se fazem sentir, visando garantir que as suas aptidões desenvolvam, e por ser ela uma menina de 5 anos de idade, com deficiência auditiva. Guarinello (2004 citado por Rossetti, 2006) diz que a forma como ela é tratada em casa irá determinar a imagem que ela terá de si mesma, porque é na família que se moldam os valores que influenciam significativamente na formação saudável da personalidade da criança.

Os pais (Carla , de 32 anos e Mário de 35 anos) carregam um papel fundamental na estimulação da linguagem da menina Cecília, pois, a família é como a primeira escola responsável pelas capacidades desenvolvidas das crianças.

Olhando para a realidade e para aquilo que a literatura diz, percebe-se que a deficiência não é um problema da pessoa que a tem, mas sim de quem a vê. Isto é de suma importância, pois, a menina Cecília pode em algum momento sofrer preconceito e discriminação social por conta da sua deficiência auditiva. Para que tal não aconteça ou o seu impacto seja amenizado, deve-se em primeiro lugar trabalhar -se as capacidades e recursos de aprendizagem da criança, para que ela possa ser enquadrada numa escola regular, aprendendo com língua de sinais e apresentar um desempenho satisfatório como qualquer outra criança.

A menina Cecília foi inscrita no ano 2023 para assistir as aulas na Escola de Educação Especial Número 1 da Cidade de Maputo, como forma de garantir a sua preparação prévia para o ingresso na primeira classe na mesma escola. Isso vai ajudar para que ela se adapte ao ambiente escolar com mais facilidade pois, a exposição a um ambiente de aprendizagem vai despertar nela a necessidade de comunicar e com o apoio dos educadores/professores essa habilidade será estimulada mais cedo.

6. CONCLUSÕES

Realizado o estágio académico, no Departamento do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo, foi possível adquirir diversas aprendizagens dentre as quais, sobre os instrumentos orientadores das actividades do Departamento do Género Criança e Acção Social. Aprendeu-se também sobre a estrutura dos relatórios de visitas de vistoria e de supervisão para a concessão do alvará. Foi possível ainda perceber como se realiza a pré-vistoria, e a identificação dos principais requisitos para a abertura e funcionamento de uma instituição de educação infantil.

Durante as visitas de supervisão nas instituições de educação infantil, adquiriu-se habilidades sobre como se faz a realização de uma observação crítica e minuciosa de todas as práticas e actividades desenvolvidas nos centros infantis e infantários. nesta actividade aprendi também sobre a logística da organização da quinzena da criança e, também pude interagir com várias educadoras das instituições de educação de infância públicas e privadas, ganhando deste modo, experiências intensivas para o meu crescimento e desenvolvimento profissional.

Relativamente às visitas realizadas às famílias e instituições de acolhimento ministradas pelo Departamento do Género Criança e Acção Social através da área da Criança em Situação Dificil, aprendi a lidar com a assistência psicossocial às crianças e famílias em situação difícil, ministrar cuidados básicos, identificar e partilhar soluções capazes de amenizar ou resolver por completo a situação ou dificuldade enfrentada pela criança, neste caso, que pode ser, deficiência física ou motora, visual, auditiva, retardo mental, ou mesmo pobreza (com carência ou falta de alimentação básica, cuidados sanitários, educação formal e hostilidade familiar). Importa esclarecer que esta última acção não faz parte da criança em idade pré-escolar, todavia, pedi para fazer parte das visitas visando visando enriquecer as minhas aprendizagens.

O caso Cecília em parte, é um exemplo de inspiração para várias famílias que de alguma forma, não se comprometem com os cuidados e a educação das suas crianças, colocando como justificativa a falta de tempo para acompanhar e estimular o desenvolvimento dos mesmos. Os pais, apesar da baixa condição financeira e natureza do trabalho que exercem, não abrem mão da proporção de assistência à menina. Apesar do esforço empreendido

pelos mesmos, ainda faz-se necessária a busca por mais conhecimento como a língua de sinais de Moçambique, para melhorar as suas acções na estimulação precoce da Cecília.

7. RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES PARA A FAMÍLIA

Diante da natureza pedagógica da Escola de Educação Especial nº01 da Cidade de Maputo e da acção da família na protecção das crianças com Necessidades Educativas Especiais, importa deixar as seguintes recomendações ou sugestões visando garantir a melhoria para o desenvolvimento integral da criança:

- Fomentar a criação de parcerias entre a Escola e as Organizações da Sociedade Civil que actuam na área psicopedagógica, em especial, das Necessidades Educativas Especiais para a partilha de acções dinâmicas em prol do melhoramento do aproveitamento pedagógico das crianças, visto que é muito baixo (as crianças com Necessidade Educativa Especial auditiva apresentam sérios problemas de numeracia e literacia, levam em média, dois anos para aprender os conceitos básicos da matemática);
- Participar constantemente de eventos sobre educação inclusiva;
- Capacitar-se em línguas de sinais para melhor comunicar com a criança;
- Fiscalizar constantemente os ambientes frequentados pela criança para garantir que ela não esteja em situações de discriminação ou qualquer tipo de abuso psicológico e
- Participar das reuniões dos encarregados de educação promovidas pela escola para melhor se inteirar do desenvolvimento cognitivo da criança.

Referências bibliográficas

- NEGRELLI,M,E.(2006). **Família e criança surda**. Maringá;
Política da Acção Social, Resolução nº 12/98 de 09 de Abril, Conselho de Ministros, Maputo;
- ROSSETTI,F.(2004). **O sentido de adaptação á creche e á pré -escola**. São Paulo: Cortes Editora;
- Política da Acção Social, Resolução nº 12/98 de 09 de Abril, Conselho de Ministros, Maputo.
- RODRIGUES, F. (2003). **Acção Social na Área de Exclusão Social**.
- Silva, I. F. (2001). Serviço na Área da Família. 1ª Edição. Lisboa: Universidade Aberta.
- VIEIRA. B. O. (1981). **Serviço Social Processos e Técnica**. 5ª Edição. Rio Janeiro. Editora: Livraria Agir.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social (2017). **Política da Acção Social e Estratégia de Implementação**. Maputo.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social.(2015). **Regulamento da Protecção Alternativa de Menores**. Decreto Nº 33/2015 de 31 de Dezembro. Maputo

Apêndice A

Estrutura Orgânica dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social



